

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Allianz Seguros S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

Economia

O segundo ano da pandemia do coronavírus foi marcado pela escalada inflacionária, taxa Selic elevada, retração técnica e grandes incertezas sobre o exercício de 2022. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a inflação acumulada ao longo de 2021 medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O índice registrou uma variação de 10,06% em 2021. A taxa Selic fechou 2021 em 9,25%, o maior patamar desde o ano de 2017. A expectativa para 2022 é de 11,75%. Independentemente dos efeitos da pandemia, o exercício de 2022 será extremamente desafiador. As empresas promoveram readequações em suas estruturas, devido à diminuição do consumo observada nos últimos dois anos e devem enfrentar um cenário de maior oferta do que a demanda, tendo em vista a retomada das atividades da economia, impactando por consequência os preços praticados. Outro fator de extrema relevância para o contexto econômico está refletido nas eleições que ocorreram em 2022 e como o avanço das principais reformas estruturais, quer sejam administrativas e tributárias, serão impactadas, pois delas são grandes as mudanças e benefícios para o cenário econômico brasileiro.

Comentários de desempenho

As principais variações patrimoniais e de resultados, observadas nos períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, decorram substancialmente do fluxo migratório de emissões e renovações oriundas da controlada Allianz Brasil Seguradora S.A. operando em run-off até a reorganização societária que ocorrerá no decorrer de 2022.

Prêmios emitidos líquidos - Ao final do exercício a Seguradora registrou R\$ 6,9 bilhões (R\$ 3,5 bilhões em 31 de dezembro de 2020) em prêmios emitidos líquidos, representando crescimento na ordem de 99,4%, quando comparado ao mesmo período anterior. A carteira de automóvel contribuiu em 70%, devido, principalmente, às operações da controlada Allianz Brasil Seguradora serem emitidas e renovadas no ambiente sistêmico do seu controlador Allianz Seguros S.A.

Sinistros ocorridos - Aumento de 76,7% quando comparado ao mesmo período do exercício imediatamente anterior, impactado, principalmente, pelo fim do isolamento social causado pela pandemia do Covid 19 e pelas operações da sua controlada Allianz Brasil Seguradora S.A.

Resultado com resseguro - O resultado das operações com resseguro apresentou variação negativa quando comparados ao mesmo período anterior, impactado principalmente pelo aumento da operação da companhia e consequente aumento dos prêmios ressegurados.

Despesas Administrativas - As despesas administrativas aumentaram em 62,1%, quando comparadas ao mesmo período anterior, com maior impacto na rubrica de pessoal próprio devido ao incremento de colaboradores oriundos da sua controlada Allianz Brasil Seguradora S.A.

Balancos Patrimoniais

O ativo total da Seguradora atingiu R\$ 13,1 bilhões (R\$ 10,5 bilhões em dezembro de 2020). Ao final do exercício o patrimônio líquido totalizou R\$ 4,2 bilhões (R\$ 4,9 bilhões em dezembro de 2020). As provisões técnicas de seguros, líquida de resseguros, teve um aumento de 64% totalizando R\$ 4,5 bilhões (R\$ 2,8 bilhões em dezembro de 2020). Um dos maiores impactos no balanço patrimonial e patrimônio líquido, deveu-se ao incremento das operações oriundas da Allianz Brasil Seguradora S.A.

Reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos

A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta está condicionada ao parecer dos Acionistas da Seguradora, devidamente registrado em Ata na qual constará, entre outras informações,

BALANÇOS PATRIMONIAIS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020** (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
ATIVO		5.955.062	3.062.329
CIRCULANTE		180.770	42.218
DISPONÍVEL		180.770	42.218
Caixa e bancos			
EQUIVALENTE DE CAIXA		5,1	21.544
APLICAÇÕES	5.1	397.770	372.736
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		2.947.726	1.222.330
Prêmios a receber	6.1	2.570.082	1.115.772
Operações com seguradoras	6.2	8.433	12.266
Operações com resseguradoras	6.3	369.211	94.292
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS		4.736	4.233
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	14.2	1.476.191	1.033.972
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		44.565	38.146
Títulos e créditos a receber	7.1	25.697	25.732
Créditos tributários e previdenciários	19.1	15.809	12.356
Outros créditos		3.059	58
OUTROS VALORES E BENS		280.575	30.649
Bens à venda	7.1	280.352	30.444
Outros valores		223	205
DESPESAS ANTECIPADAS		402	491
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	9	622.327	296.010
Seguros		622.327	296.010
ATIVO NÃO CIRCULANTE		7.187.527	7.384.267
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.573.689	3.655.947
APLICAÇÕES	5.1	2.584.847	2.240.059
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		33.480	30.683
Prêmios a receber	6.1	33.480	30.683
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS		10	9
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	14.2	736.189	677.228
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		1.016.115	702.693
Títulos e créditos a receber		13.025	8.553
Créditos tributários e previdenciários	19.1.2.1	686.875	426.894
Depósitos judiciais e fiscais	15	273.904	265.642
Outros créditos operacionais	15	42.311	1.604
OUTROS VALORES E BENS		193.163	-
Ativos de direito de uso	8	193.163	-
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	9	9.884	10.375
Seguros		9.884	10.375
INVESTIMENTOS		2.543.532	3.640.312
Participações societárias	10.1	2.541.179	3.637.940
Imóveis destinados à renda	10.2	2.353	2.372
IMOBILIZADO	10.2	58.149	60.738
Imóveis de uso próprio		2.726	2.760
Bens móveis		38.026	39.412
Outras imobilizações		17.397	18.566
INTANGÍVEL	10.3	12.157	18.170
Outros intangíveis		12.157	18.170
TOTAL ATIVO		13.142.589	10.446.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020** (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2020	846.238	1.353	322.476	131.106	-	1.301.173
REDUÇÃO DE CAPITAL:	3.615.402	-	-	-	-	3.615.402
AGE de 09/07/2020-Portaria SUSEP 519/2020 (Nota 16.1)	3.615.402	-	-	-	-	3.615.402
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-	(48)	-	-	48	-
Realização por depreciação	-	(48)	-	-	48	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	(11.141)	-	(11.141)
Reconhecidos por ativos próprios	-	-	-	(13.646)	-	(13.646)
Reconhecidos por equivalência patrimonial	-	-	-	2.505	-	2.505
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(20.485)	(20.485)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	(20.437)	-	20.437	-
Reserva de lucros	-	-	(20.437)	-	20.437	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.461.640	1.305	302.039	119.965	-	4.884.949
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-	(49)	-	-	49	-
Realização por depreciação	-	(49)	-	-	49	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	(242.606)	-	(242.606)
Reconhecidos por ativos próprios	-	-	-	(178.151)	-	(178.151)
Reconhecidos por equivalência patrimonial	-	-	-	(64.455)	-	(64.455)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(368.863)	(368.863)
ABSORÇÃO DO PREJUÍZO	-	-	(302.039)	-	302.039	-
Reserva de lucros	-	-	(302.039)	-	302.039	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	4.461.640	1.256	-	(122.641)	(66.775)	4.273.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Allianz Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros, 303. Seu capital social é composto por 6.298.129.345 de ações ordinárias sem valor nominal, controlada no Brasil pela Allianz do Brasil Participações Ltda. com participação de 99,965% e cujo controlador em última instância é a Allianz SE. Autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Seguradora opera em todas as modalidades de seguros dos segmentos de ramos elementares e pessoas cuja abrangência se dá em todo território nacional.

Em linha com a estratégia adotada pela Administração, o fluxo migratório das operações de seguros consideradas na controlada Allianz Brasil Seguradora S.A. passaram, de forma gradativa durante o exercício de 2021, a serem renovadas na plataforma tecnológica utilizada pela Allianz Seguros. A controlada seguirá em *run-off* até a conclusão do processo de reorganização societária, que ocorrerá durante o exercício de 2022.

Em 12 de novembro de 2021, a Allianz Seguros S.A. protocolou na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP o pedido de aprovação prévia para promover a incorporação da totalidade do patrimônio da Allianz Brasil Seguradora S.A. (Controlada) pela Allianz Seguros S.A. (Controladora), conforme processo SUSEP nº 15414.648673/2021-93, ato que recebeu o deferimento do pleito através da Carta Homologatória Eletrônica nº 25/2021/SUSEP, na data de 3 de janeiro de 2022. A operação de incorporação será efetivada no prazo de 180 dias, contados a partir do recebimento da referida Carta Homologatória Eletrônica.

A incorporação faz parte da estratégia de reorganização do Grupo Allianz e tem por objetivo simplificar a atual estrutura societária das Companhias, possibilitando a captura de sinergias, proporcionando a redução de custos financeiros, administrativos e operacionais. Além disso, a Incorporação busca a consolidação das atividades da Allianz Brasil Seguradora S.A. pela Allianz Seguros S.A., e a sucessão de todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A..

Todas as 1.060.778.409 ações ordinárias de emissão da Allianz Brasil Seguradora S.A. serão canceladas, sendo 1.060.778.408 de titularidade da Allianz Seguros S.A e 1 ação de titularidade da Allianz do Brasil Participações Ltda., nos termos do §1º do artigo 226 da Lei das S.A..

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP através da Circular nº 517/2015, e alterações posteriores. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na referida Circular SUSEP que não requer a apresentação conjunta das demonstrações consolidadas.

2.1 Base de elaboração

A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos mensurados a valor justo por meio do resultado e os ativos para venda mensurados pelo valor justo deduzidos os custos de venda (salvados) - valor realizável líquido e provisões de sinistros o qual inclui correção monetária juros futuros.

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal da Seguradora e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

2.2 Circulante e não circulante

A cada data de balanço a Seguradora procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os valores cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base.

2.3 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal a qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

e caso aplicável, a parcela do lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para preservação e manutenção do capital social aplicado. Aos acionistas fica assegurado, pelo estatuto social da Seguradora, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei.

Reorganização societária

Após a aquisição das operações de seguro Auto e Massificados, ocorrida em 2020, a estratégia do Grupo Allianz no Brasil levou em consideração a migração sistêmica de todo o portfólio da sua controlada Allianz Brasil Seguradora S.A., para o ambiente tecnológico da Allianz Seguros, promovendo maior sinergia e simplificação dos processos. A partir de então, a controlada Allianz Brasil Seguradora passou a operar em run-off e sua incorporação está prevista para ocorrer durante o exercício de 2022. Todas as etapas necessárias para o cumprimento da incorporação estão sendo tratadas junto ao regulador e assessores especializados.

Allianz Seguros: liderança, excelência na jornada do cliente, confiabilidade para os parceiros comerciais e conectividade em produtos e serviços

A Allianz Seguros (Seguradora) é uma empresa do Grupo Allianz, um dos maiores provedores globais de serviços financeiros, predominantemente no setor de seguros e na gestão de ativos, além de líder global em sustentabilidade. Desde 1890, o Grupo Allianz está presente em 70 países, com mais de 100 milhões de clientes corporativos e de varejo, atendidos por 150 mil colaboradores. É reconhecida como uma empresa sólida, responsável e confiável, que prioriza negócios sustentáveis, sendo a seguradora líder no índice Dow Jones de Sustentabilidade. Em 2021, foi novamente nomeada a marca de seguros número 1 do mundo no Ranking da Interbrand, sendo a 34ª no ranking geral. Para cumprir seu propósito "We Secure Your Future", que orienta suas ações e ressalta o impacto da empresa na sociedade, o Grupo Allianz busca os objetivos estratégicos de Superar, Transformar e Reequilibrar.

No Brasil há 117 anos, atualmente a Seguradora ocupa uma posição de liderança no mercado brasileiro, estando entre as três primeiras seguradoras do país em Ramos Elementares. Com foco no cliente, buscando sempre oferecer a melhor experiência em sua jornada, a Seguradora tem adotado uma série de iniciativas para que o seguro tenha voz dentro da Allianz. Desta forma, a Seguradora passa a entender a real necessidade e expectativa do seu cliente, possibilitando uma maior assertividade no fornecimento de soluções, produtos e serviços; além de fortalecer o desenvolvimento do trabalho de corretores, assessorias e parceiros de negócios.

Nos últimos anos, a Seguradora deu prosseguimento à sua transformação digital, baseada na estratégia de simplicidade, focada em desburocratizar processos e atingir níveis máximos de simplificação em produtos de varejo e corporativos. Esta estratégia elevou a competitividade, aumentou sua eficiência e proximidade com corretores e clientes. Este modelo resulta em eficiência operacional tanto para a Seguradora quanto para os corretores, assessorias e parceiros de negócios, uma vez que o canal de distribuição opera com mais autonomia e processos totalmente automatizados. Este movimento possibilitou oferecer menor tempo de cotação e emissão de apólices do mercado com garantias de proteção mais abrangentes e produtos acessíveis aos clientes. Todo esse processo, juntamente com o uso de inovações tecnológicas facilitadoras do trabalho dos intermediários, como os corretores de seguros, trouxe a esses parceiros de negócios mobilidade corporativa e possibilitaram que seus esforços fiquem concentrados nas vendas e no atendimento e consultoria de seguros ao cliente, e não em atividades burocráticas.

Operação adaptada à realidade digital

Diante da pandemia pelo coronavírus, grande parte da economia global teve que adaptar suas dinâmicas de trabalho às medidas de isolamento social. Tendo implementado soluções assertivas para a proteção do capital humano e a preservação da produção, a Seguradora manteve seus investimentos focados na inovação digital.

Processos e produtos simplificados, completamente moldados para o ambiente virtual, e corretores

	Nota	2021	2020
PASSIVO		6.639.463	3.667.992
CIRCULANTE		393.769	259.685
CONTAS A PAGAR		117.349	132.723
Obrigações a pagar	11	170.349	132.723
Impostos e encargos sociais a recolher	11	184.262	76.784
Encargos trabalhistas	11	28.518	15.579
Impostos e contribuições	19.3	10.640	34.599
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	12	1.071.771	380.359
Prêmios a restituir		1.963	1.005
Operações com seguradoras		6.846	4.504
Operações com resseguradoras	841.481	246.044	
Corretores de seguros e resseguros	179.840	113.574	
Outros débitos operacionais	41.641	15.232	
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	13	11.984	6.296
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	14.1	5.124.681	3.003.207
Danos		4.900.752	2.784.895
Pessoas		181.850	183.148
Vida individual		41.650	34.780
Vida com cobertura por sobrevivência		429	384
OUTROS DÉBITOS		37.258	18.445
Provisões judiciais	15	15.414	18.445
Débitos diversos	11.2	21.844	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.229.646	1.893.655
CONTAS A PAGAR		10.929	94.618
Obrigações a pagar	11	10.929	9.492
Tributos diferidos	19.1	-	85.126
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	12	82.215	24.034
Operações com resseguradoras		80.847	22.134
Corretores de seguros e resseguros		1.728	1.900
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	14.1	1.661.389	1.489.312
Danos		1.427.075	1.213.198
Pessoas		219.223	261.484
Vida individual		15.091	14.630
OUTROS DÉBITOS		296.966	285.691
Provisões judiciais	15	296.966	285.691
DÉBITOS DIVERSOS	11.2	178.147	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.4273.480	4.884.949
Capital social		4.461.640	4.461.640
Reservas de reavaliação		1.256	1.305
Reservas de lucros		-	302.039
Ajustes de avaliação patrimonial		(122.641)	119.965
Prejuízos acumulados		(66.775)	-
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.142.589	10.446.596

adaptados ao sistema digital foram determinantes para garantir a eficiência operacional e a continuidade dos negócios. Os investimentos em call center e nos canais de relacionamento com clientes também se mostraram fundamentais para consolidar a relação de confiança e o propósito de oferecer a melhor jornada para o segurado.

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



3.2.6 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) títulos públicos - com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (ii) os certificados de depósitos bancários, as letras financeiras e as debêntures são registrados ao valor justo, conforme manual de marcação a mercado do custodiante; (iii) as quotas de fundos de investimentos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

3.2.7 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em outros instrumentos financeiros. Os passivos financeiros da Seguradora contemplam substancialmente obrigações com fornecedores e contas a pagar.

3.2.8 Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A estimativa de perda para riscos de crédito sobre prêmios a receber foi constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebida. A metodologia de cálculo desta estimativa considera o percentual de inadimplência por *aging* para cada linha de negócio. Tais percentuais são obtidos através da análise histórica de recebimentos.

A metodologia da redução ao valor recuperável sobre as operações a recuperar com resseguradores é baseada no *aging* dos créditos vencidos acima de 180 dias, conforme determina o parágrafo 2 do art. 168 da Circular Susep nº 517/2015. A avaliação para redução dos valores recuperáveis de coseguro cedido considera o montante total a receber de recuperação acima de 180 dias.

Os montantes das estimativas constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de ativos não financeiros deve ser avaliado para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.4 Bens à venda - salvados

Bens patrimoniais integralmente indenizados aos segurados, em decorrência de um evento de sinistro. A mensuração de um salvado é feita em relação ao seu valor referencial de mercado e a abertura da reserva dos custos diretamente relacionados à venda são estimados através estudado que se utiliza da metodologia de pagamento de despesas.

A parcela dos salvados a recuperar, cujo sinistro foi avisado e ainda não pago, é contabilizada como redutora da provisão de sinistros a liquidar.

Para o grupo de ramos automóvel, os testes de consistência realizados pela Seguradora indicaram que não houve necessidade de constituição de redução ao valor recuperável, visto que o valor de abertura do salvado é muito próximo ao valor da venda e, na média, em até 12 meses, os salvados à venda são efetivamente liquidados. Para os demais ramos, a Seguradora aplicou o critério onde, na ausência de evento, deve-se efetuar a redução ao valor recuperável do montante total superior ao período de sessenta dias em relação a data de cadastro do salvado, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015, artigo 168.

3.5 Investimentos

3.5.1 Participações societárias

Refere-se a investimentos nas controladas Allianz Saúde S.A. e Allianz Brasil Seguradora S.A que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e também compreende o ágio por expectativa de rentabilidade futura e a Mais Valia, decorrente dos ativos intangíveis identificados provenientes da combinação de negócios ocorrida em 2020.

A Seguradora efetua a amortização dos itens apurados pela Mais Valia na aquisição de controladas baseadas nas taxas e prazos definidos no documento Alocação do Preço de Compra (PPA). Anualmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura é testado com o intuito de avaliar a necessidade de "impairment". Esse teste consiste em projetar com base em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da Administração, do conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente do ativo. (Nota 10.1.1)

3.5.2 Imóveis destinados à renda

Imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação destes imóveis. Tais ativos foram registrados pelo custo histórico de aquisição deduzida da depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

3.6 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. O *software* adquirido como parte integrante da funcionalidade do equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica definida de cada parte de um bem do imobilizado. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

As beneficiárias em imóvel de terceiros referem-se aos gastos relacionados com instalações, melhorias e outras benfeitorias, de uso administrativo, com o objetivo de adequá-las às necessidades de utilização da Seguradora. A amortização é calculada de acordo com o prazo determinado em contrato. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

3.7 Intangível

Gastos com desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e capacidade da Seguradora de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são apresentados deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas à medida que são incorridas. A amortização é calculada sobre o custo do ativo sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, visto que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.8 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que excede R\$ 120 no semestre para o imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos e ambos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos são decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e são mensurados pelas alíquotas em que se espera serem aplicadas no momento pelo qual as diferenças temporárias foram revertidas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

A Lei 14.183/21 dispõe sobre a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas de seguros privados, de 15% para 20%, entre julho e dezembro de 2021.

Os ativos e passivos fiscais circulantes e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para fins de apresentação no balanço patrimonial. A interpretação técnica ICPAC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Neste sentido, a entidade analisou retrospectivamente a legislação fiscal e os tratamentos utilizados nas apurações dos tributos sobre o lucro, e aplicando as premissas estabelecidas pelo ICPAC22. A Seguradora entende que há dúvidas sobre a aceitação por parte das autoridades tributárias de benefício atrelado à "lei do bem" tomando nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL no exercício de 2017 (pele regime de competência). Diante dessa incerteza, a Seguradora concluiu por provisionar o montante envolvido até que ocorra a aprovação dos saldos pelas autoridades. O saldo envolvido é irrelevante perante o total de contingências fiscais.

3.9 Provisões técnicas - seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as normas e determinações estabelecidas pelo Conselho Regulador e são calculadas de acordo com as normas e determinações em: (a) Danos; (b) Pessoas; (c) Vida Individual e (d) Vida com cobertura de sobrevivência.

3.9.1 Provisão de prêmios não individuais - PNVG

É constituída pela parcela dos prêmios emitidos de seguros, bruto e ativo de resseguro, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pró-rata die", tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A provisão para riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base no prêmio bruto e ativo de resseguro observado, nas diversas carteiras da Seguradora, considerando-se a data do início de vigência de cada documento e a sua respectiva data de emissão.

3.9.2 Provisão de sinistros a liquidar - PSL

É constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras, considerando a estimativa bruta e do ativo de resseguro. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados - IBNER, como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final.

Para registro dos sinistros em discussão judicial a Seguradora aplica metodologia específica, a qual prevê a determinação dos valores de abertura considerando a melhor estimativa, de pagamento, que já considera a expectativa de juros e correção monetária futuros, conforme formulação obtida através de estudos estatísticos atuariais que levam em consideração, entre outros fatores, a correlação histórica entre o valor perdido e o valor indenizado. As decisões judiciais que determinam pagamentos de reclamações oriundas de apólices vigentes, mesmo que sem cobertura prévia, são consideradas como sinistros e registradas como provisões técnicas.

São classificados como outros débitos os desfechos judiciais cujos eventos não estejam relacionados às apólices ou riscos ocorridos fora da vigência da apólice, com exceção aos riscos vigentes e ainda não emitidos.

Caso um evento lançado inicialmente como outros débitos for identificado como ocorrido dentro da vigência da apólice, este poderá sofrer alteração, sendo classificado como sinistro quando houver tal caracterização. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos no PSL.

3.9.3 Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR

É constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia Chain Ladder tomando por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros incorridos e pagos, distribuídos pelas datas de movimento e datas de ocorrência. O cálculo desta provisão considera o histórico de sinistros, incluindo os casos em ação judicial, movimentados até a data base de cálculo. São utilizados ao menos 60 (sessenta) períodos de desenvolvimento, agrupamentos trimestrais, considerando a análise da parcela bruta e do ativo de resseguro. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos no IBNR.

3.9.4 Provisão de despesas relacionadas - PDR

A Seguradora constitui, de forma segregada das demais provisões de sinistros, a provisão de despesas relacionadas para a cobertura dos valores esperados decorrentes das despesas relacionadas a sinistros e benefícios.

3.9.5 Provisão complementar de cobertura - PCC

Refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, aplicando-se a tábuas biométricas BR-EMS para ambos os sexos e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco autorizada pela SUSEP.

3.9.6 Provisão de Excedentes Técnicos - PET

Constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de *superavit* técnico de apólice.

3.9.7 Teste de adequação de passivos - TAP

A Seguradora elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem a definição de um contrato de seguro sendo liquidação vigente e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzida da despesa de comercialização diferida e comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. As premissas utilizadas foram:

- O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.
- Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Seguradora utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP correspondendo às respectivas características de cada portfólio - ETTJ pré-fixada para o portfólio Administrativo; Cupom IPCA para o portfólio Judicial e o Cupom Cambial para a parcela do portfólio em moeda estrangeira.
- De acordo com a legislação vigente, o teste foi segmentado em seguro de pessoas e danos. Não foram incluídos nos testes os passivos relacionados às operações de retrocessão.
- A Seguradora considerou na projeção dos sinistros a ocorrer premissas de sinistralidade e despesas futuras baseadas no plano de negócio das expectativas futuras da Seguradora. Os percentuais definidos de sinistralidade e despesas administrativas por agrupamento foram respectivamente: Automóvel (75,4%; 9,0%), Patrimoniais (61,1%; 4,1%), Transportes (45,9%; 2,9%), Responsabilidades (54,3%; 3,7%), Riscos Financeiros (8,5%; 3,3%), Reservas Coletivo (57,2%; 4,3%) e Pessoas Individuais (33,6%; 4,2%).
- Para os seguros de vida em run-off a premissa de mortalidade utilizada foi a tábua BR-EMS vigente.

As provisões de sinistros (PSL, IBNR, IBNER, PDR, PET) foram consideradas adequadas, tanto para o segmento de Danos quanto o de Pessoas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, considerando a expectativa de despesas aloáveis e salvados, quando aplicável.

As provisões de prêmios (PPNG-RVNE) foram consideradas adequadas, tanto para o segmento de Danos quanto de Pessoas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo referente a sinistros a ocorrer dos riscos já assumidos, acrescidos das despesas de manutenção do portfólio. Para os produtos em run-off (sinistros de vida sem reenquadramento por faixa etária) os fluxos relacionados aos prêmios não registrados, seguros a ocorrer e despesas correspondentes, o resultado do teste de adequação do passivo apresentou necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC) (Nota 14.3).

3.10 Provisões judiciais e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras quando aplicável.

3.11 Contrato oneroso

Caracterizado quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato original excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato, provenientes de alterações nas condições de mercado. Tais contratos são reconhecidos e mensurados como provisões, sendo a diferença entre os pagamentos e recebimentos até o final do contrato, descontada a valor presente. Neste contexto, a Seguradora reconhecia até 31 de dezembro de 2020 o contrato de aluguel do atual edifício sede (nota 11).

Em decorrência da adoção do CPC 06(R2) houve alteração do tratamento contábil e a provisão registrada até o exercício anterior foi reconhecida no Ativo de direito de uso. (nota 3.13).

3.12 Benefícios aos colaboradores

As despesas com benefícios legais e facultativos concedidos aos colaboradores são lançadas como custo de benefício contábil.

A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência contratada para esta finalidade, para seus colaboradores e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros aos (as) colaboradores (as) do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base em salário-base de contribuição do participante.

A Seguradora possui programa de participação nos lucros e resultados aos colaboradores, conforme disposto nas Leis nº 10.101/2000 e 12.832/2013, devidamente acordado com o sindicato representativo da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "Obrigações a pagar". O cálculo da participação dos colaboradores considera, na sua composição, indicadores de resultados da Seguradora e de desempenho individual, não estando desta forma, restrito exclusivamente ao resultado líquido apurado no exercício.

O rol de benefícios contempla ainda plano médico e odontológico, auxílios: alimentação, reeleição, combustível, creche, complementação ao auxílio doença, seguro de vida em grupo e assistência funeral, programa de assistência psicológica e jurídica aos colaboradores e dependentes, convênio com academia de ginástica, ajuda de custo para despesas com trabalho em residência, e são reconhecidos no resultado à medida que incorridos.

3.12.1 Plano de incentivo baseado em ações

O programa de incentivo de longo prazo utilizado pelo Grupo Allianz, a nível mundial, para os principais executivos, concentra-se na valorização do valor da marca Allianz obtido através do alcance de performance individual e premissas previamente determinadas pelo Grupo.

O Plano de incentivo denominado Allianz Equity Incentive (AEI) é concedido sob a forma de unidades de estoque restritas *Restricted Stock Units* (RSUs), e faz parte de um novo componente de remuneração variável para os beneficiários do plano.

As RSUs estão sujeitas a um período de aquisição de quatro anos e são atreladas às ações do Grupo, com o parâmetro monetário para valorização. O valor justo é calculado subtraindo o valor presente líquido dos pagamentos de dividendos futuros esperados até o vencimento, bem como o valor justo do limite correspondente ao preço médio da ação prevalecente na data de avaliação. (nota 20.2.1).

3.13. Adoção CPC 06 (R2) - arrendamento

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPAC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27).

A norma referendada pela SUSEP entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021 e introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer do arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções são para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para arrendadores permanece semelhante ao padrão anterior.

Na aplicação a Seguradora reavaliou todos os contratos para identificar arrendamentos com direito de uso e, em conformidade com a definição prevista no CPC 06 (R2) e aplicou a norma utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas, como permitido pela referida norma. Portanto, a definição de arrendamento à luz do CPC 06 (R2) foi aplicada apenas para os ativos registrados em 1º de janeiro de 2021 ou celebrados após esta data.

Os passivos de arrendamento foram mensurados em 1º de janeiro de 2021 pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental de acordo com o prazo do contrato conforme abaixo:

- Contratos de arrendamento de imóveis de 1 a 5 anos 1,4% e de 6 a 10 anos 2,7%.
- A taxa referencial é mensurada de acordo com três fatores: (i) taxa de juros do país, de acordo com os prazos de referência de contratos (de 1 a 5 anos, de 6 a 10 anos, de 11 a 20 anos e de 21 a 50 anos); (ii) ajustada pelo spread de crédito baseado na taxa Allianz *EUR Senior Credit Default Swap* (CDS) disponível na agência Bloomberg; (iii) ajustada pelo tipo do arrendamento, a fim de incorporar a garantia contra o risco de inadimplência e múltiplo para imóveis é de 50%.

Os ajustes de montante de renovação e acréscimo no valor justo ao passivo de arrendamento e ajustados pelo valor da provisão onerosa do contrato antes do período inicial como alternativa à revisão de *impairment*. Não houve efeitos cumulativos reconhecidos como ajustes ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2021.

A Seguradora optou por não reconhecer itens de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, tablets, computadores pessoais, telefones, móveis de escritório e copiadoras), bem como locações de carros. Os contratos reconhecidos sob o CPC 06 (R2) são oriundos de aluguéis referentes à sede da matriz da Seguradora e de suas filiais e estão registrados nas rubricas "Direito de uso" no ativo não circulante, e "Passivo de arrendamentos" no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

O prazo dos contratos de arrendamento é definido contratualmente. Estes contratos são revisados anualmente juntamente com a atualização monetária, ou em eventuais mudanças que afetem a mensuração inicial. Se houver a expectativa de renovação, o mesmo período do contrato original é considerado como prazo de renovação e aplicado no cálculo do valor presente do ativo e passivo de arrendamento no momento da mensuração inicial.

Ajustes reconhecidos no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2021

Na transição para o CPC 06 (R2), a Seguradora reconheceu R\$ 189.947 adicionais de ativo de direito de uso e R\$ 191.862 de passivos de arrendamento, sendo a diferença de R\$ 1.915 relativo ao ajuste do ativo pelo montante da provisão do contrato oneroso em 31 de dezembro de 2020.

Descrição	Saldo 31/12/2020	Adoção CPC 06	Saldo 01/01/2021 após adoção CPC 06
Ativos circulante	3.062.329	-	3.062.329
Outros valores e bens - direito de uso	-	- 189.947	189.947
Ativo não circulante	7.384.267	-	7.384.267
Total do ativo	10.446.596	189.947	10.636.543
Contas a pagar - circulante	259.685	(1.915)	257.770
Passivos de arrendamento	-	- 191.862	191.862
Outros passivos	5.301.962	-	5.301.962
Patrimônio líquido	4.884.949	-	4.884.949
Total Passivo e Patrimônio líquido	10.446.596	189.947	10.636.543

Mensuração de passivos de arrendamento

As classificações dos passivos de arrendamentos a Seguradora descontou os pagamentos de arrendamento conforme taxa incremental em 1º de janeiro de 2021.

Descrição	Valor
Compromissos com arrendamento operacional em 31 de dezembro de 2020	208.826
(-) Desconto base taxa incremental em 1º de janeiro de 2021	(18.964)
Passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2021	191.862
Circulante	28.056
Não Circulante	163.806

4. GESTÃO DE RISCOS

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que segue os padrões do Grupo Allianz e o requerido pela Circular SUSEP nº 521/2015, refletindo o seu tamanho, natureza e complexidade. Esta estrutura é liderada pelo *Chief Risk Officer* (CRO) que tem sob sua responsabilidade a área de Riscos e Controles Internos, estando, desta forma, o sistema de controles internos totalmente integrado com a gestão de riscos. Como referência, o Grupo Allianz possui a melhor nota da Standard & Poor's ("*Very Strong*") atribuída ao sistema de Gestão de Riscos Corporativos (*ERM framework*).

O CRO e sua estrutura assumem o papel de "segunda linha de defesa", e tem como finalidade monitorar se a Seguradora está sendo gerida dentro do apetite de riscos definido pela alta Administração e seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, através de um conjunto de metodologias e ferramentas próprias de gestão de riscos, permite também identificar e avaliar se há riscos aos quais a Seguradora se encontra exposta que possam estar fora da sua tolerância, além de traçar seu perfil de riscos. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a "retirar os transferir-lhos através de resseguro, ou simplesmente aceitá-los conscientemente como parte dos negócios.

O processo de gestão de riscos conta com a participação de todas as camadas da Seguradora que possuem papéis e responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro das suas áreas de atuação. Essa abordagem permite a identificação dos riscos que possam ter um impacto significativo nas operações e no seu desempenho financeiro e econômico. Caso estes riscos venham a se materializar, a alta Administração e o Grupo Allianz tomarão as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição econômico-financeira.

Para garantir que a Seguradora esteja em total concordância com o requerido pela Circular SUSEP nº 521/2015, a estrutura de gestão de risco é discutida trimestralmente durante o Comitê de Riscos, cuja sessão contém representantes das áreas de *Compliance*, Segurança da Informação, Auditoria, Atuarial Institucional, Produtos, CFO e CEO. Nesta sessão são abordados os pontos mais relevantes no tocante a saúde da Seguradora, de modo que estas discussões visam gerar as incertezas, buscar oportunidades e aprimorar os processos, assegurando uma tomada de decisão robusta e eficiente.

A estrutura de gestão de riscos da Seguradora é descrita mais detalhadamente nas próximas seções.

4.1 Governança de risco

Uma governança corporativa bem definida é um pilar fundamental para permitir que a estrutura de gestão de riscos e o sistema de controles internos da Seguradora operem efetivamente. A Seguradora possui um Conselho de Administração, cujas funções incluem convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios, escolha dos auditores externos, dentre outras responsabilidades. Cabe ao Comitê Executivo definir as ações estratégicas e assegurar que elas sejam implementadas de forma a garantir o sucesso da Seguradora.

A Seguradora possui um Comitê de Auditoria que tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que tange a supervisão da implementação e operacionalização da Estrutura de Gestão de Risco. O Comitê também avalia a efetividade dos controles internos da Seguradora, com evidências das deficiências detectadas através do relatório específico para este fim.

A estrutura de governança de gestão de riscos da Seguradora segue os padrões e princípios estipulados pelo Grupo Allianz e é formada por um conjunto de Comitês que possuem mandatos específicos e documentados.

O Comitê de Risco (RiCO) tem como objetivo principal garantir que as estratégias, políticas e os processos de gestão de riscos da Seguradora operem de forma eficaz para assegurar que os riscos significativos da empresa sejam adequadamente identificados, avaliados e mitigados. O Comitê de Riscos, que se reúne regularmente, é liderado pelo CRO e tem como membros Diretores Executivos e Alta Liderança de áreas-chave e como convidados permanentes representantes do Grupo Allianz.

Isto garante a completa independência do CRO, além de mitigar potenciais conflitos de interesse. Para reforçar esta independência, o CRO possui linha direta de reporte com o CRO da Região Latam e o CRO do Grupo Allianz, bem como suas respectivas equipes de gestão de riscos corporativos. Além destes, linhas diretas com o CEO Local e o Comitê de Auditoria, adicionais a linha indireta com o Conselho de Administração.

Há outros comitês que complementam a governança de gestão de riscos da Seguradora, cujas responsabilidades são focadas em esferas e áreas de riscos específicos. Os principais comitês são: O Comitê de Ética e Conduta visa garantir que a Seguradora promova os princípios fundamentais de ética e conduta estabelecidos por meio de seu Código de Ética e Conduta, que este esteja adequadamente divulgado e monitorado e que os casos de não conformidade, incluindo corrupção, fraude ou outros tipos de denúncias, sejam apurados e deliberados por este Comitê;

O Comitê Financeiro estabelece diretrizes gerais para a gestão de investimentos da Seguradora, de maneira a maximizar a rentabilidade dos ativos observando os fatores de segurança, solvência e riscos de crédito, mercado e liquidez. Estas estratégias respeitam a regulamentação em vigor e estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Allianz;

O Comitê de Reportes Financeiros visa assegurar que as demonstrações financeiras e informações relacionadas estejam corretas, completas e fidedignas conforme resultados financeiros e operacionais em todos os aspectos. Outrossim, assegura que as publicações financeiras e divulgáveis relacionadas estejam de acordo com as normas de procedimentos contábeis internacionais e nacionais.

O Comitê de Reservas supervisiona, monitora, analisa, revisa e aprova os saldos das provisões técnicas. Além disso, monitora o desenvolvimento das provisões técnicas através de testes de consistência e, se necessário, recomenda ajustes e medidas para assegurar a conformidade dos valores contabilizados;

O Comitê de Subscrição monitora a evolução da carteira dos produtos, analisando: a evolução da frequência e custo médio por garantia, eventuais causas de desvios, rentabilidade e os volumes de produção por segmento de subscrição. Além de identificar ações corretivas de precificação e subscrição necessárias para atingir as metas do plano estratégico trianual; e

O Comitê de Proteção e Resiliência garante uma cultura de Proteção e Resiliência organizacional para antecipar, preparar e adaptar-se a mudanças e interrupções súbitas, de modo a proteger as operações de negócios (TI e Não-TI), pessoal e ativos físicos. Assim, a Allianz Seguros garante que estará mais bem posicionada para responder de maneira eficaz e eficiente quando for necessário.

4.2 Riscos de seguros

4.2.1

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



Agência Classificadora	31/12/2020		
	brAAA; brAA+; brAA-; brA; brA-	Abaixo de B- ou Sem Classificação	Totais
S & P / Fitch Atlantic	brAAA; brAA+; brAA-; brA; brA-	Classificação	Totais
Disponíveis para venda			
Títulos de renda fixa privados	159	-	159
Títulos de renda fixa públicos	2.615.974	-	2.615.974
Valor justo por meio de resultado			
Outras aplicações	-	662	662
Total aplicações financeiras	2.616.133	662	2.616.795
Caixa e equivalentes de caixa	21.544	-	21.544
Empréstimos e recebíveis			
Prêmios a receber (*)	-	1.161.298	1.161.298
Operações com seguradoras (**)	-	12.644	12.644
Títulos e outros créditos a receber	-	34.343	34.343
Totais	2.637.677	1.208.947	3.846.624

Rating	Local		Admitida		Eventual		Totais	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
AAA / AA+ / AA / AA-	153.788	49.807	37.724	20.128	138.026	3.553	329.538	73.488
A+ / A / A-	-	-	1.035	1.281	264	291	1.299	1.572
	153.788	49.807	38.759	21.409	138.290	3.844	330.837	75.060

4.3.2 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações de indicadores do mercado financeiro, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio. Mensalmente a área de riscos produz análises em que são considerados os valores de mercado dos ativos e, a partir de diferentes cenários de taxa de juros, demonstra os impactos na solvência da Seguradora e resultado financeiro. Há outras considerações importantes analisadas pelo Comitê Financeiro para permitir que o risco de mercado seja bem gerenciado e mitigado, como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua da duração da carteira, casamento dos vencimentos dos ativos com os passivos atuariais e indexadores dos papéis. Além disso, o Comitê Financeiro estipula limites relacionados à exposição da carteira em risco de mercado.

4.3.2.1 Risco de juros

O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, consequentemente, a rentabilidade. Os ativos são classificados como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e a preços de mercado (valor justo). A avaliação desses ativos é feita pelo banco custodiante com base em manual de métodos de mercado e validada pela área de investimentos. O teste de sensibilidade abaixo mostra o impacto de uma alta na taxa de juros nos ativos que compõem a carteira da Seguradora. Vale ressaltar que os investimentos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Letras Financeiras (LF) e Debêntures presentes na carteira da Seguradora são pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto quanto à variação de taxa de juros.

Classes	31/12/2021			31/12/2020		
	Premissas	Saldo Contábil	Saldo Patrimônio líquido	Premissas	Saldo Contábil	Saldo Patrimônio líquido
Ativos públicos disponíveis para venda						
Pré-fixados	Aumento de 4,5 p.p na taxa	1.010.672	(82.856)	927.816		
Inflação	Aumento de 4,5 p.p na taxa	1.488.076	(132.547)	1.355.529		
Pós-fixados		359.192	-	359.192		
Outros - valor justo por meio de resultado		124.016	-	124.016		
Totais		2.981.956	(215.403)	2.766.553		

Classes	31/12/2021			31/12/2020		
	Premissas	Saldo Contábil	Saldo Patrimônio líquido	Premissas	Saldo Contábil	Saldo Patrimônio líquido
Ativos públicos disponíveis para venda						
Pré-fixados	Aumento de 4,5 p.p na taxa	1.372.283	(113.419)	1.258.864		
Inflação	Aumento de 4,5 p.p na taxa	866.613	(165.770)	700.843		
Pós-fixados		377.078	-	377.078		
Ativos privados disponíveis para venda - Pós-fixados		159	-	159		
Equivalente a caixa		21.544	-	21.544		
Totais		2.637.677	(279.189)	2.358.488		

O item "Outras" não contempla o montante de R\$ 662 (R\$ 662 em 31 de dezembro de 2020) referente a depósitos no IRB registrados no ativo circulante.

4.3.2.2 Risco de preço

O risco de preço decorre da variação do preço de negociação de um determinado instrumento financeiro. A Seguradora não possui exposição em ações ou outros ativos financeiros que sofram variação de preço que não os relativos às variações de juros, conforme mencionado no item anterior. Dessa forma, a gestão do risco de preços é realizada exclusivamente por meio da análise de sensibilidade de juros.

4.3.2.3 Risco de câmbio

Ocorre quando o investimento é realizado em instrumentos financeiros denominados em moeda diferente daquela em que foi aberta a conta de origem. As variações da taxa de câmbio poderão resultar em perdas no caso de haver descausamento de saldos ativos e passivos. O controle desse risco é exercido mensalmente mediante monitoramento das posições ativas e passivas em moedas estrangeiras, com o propósito de identificar o grau de exposição e descausamento. São limites específicos para exposição em moeda estrangeira que são monitorados pela área de Riscos e Controles Internos.

4.3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco, no curto prazo, de que as obrigações de pagamentos (correntes ou futuros) não possam ser cumpridas ou, se sim, mediante condições alteradas. Este risco pode surgir principalmente se existir incompatibilidade entre o calendário de pagamentos e as obrigações de financiamento.

Há dois fatores importantes que precisam ser analisados para permitir que o risco de liquidez seja bem gerenciado e mitigado: casamento de ativos e passivos e monitoramento da liquidez da carteira de aplicações financeiras.

O fluxo de caixa da Seguradora é monitorado diariamente pelas áreas de riscos, *asset management* e tesouraria, o que permite que qualquer risco iminente de liquidez seja identificado e remediado imediatamente. Periodicamente, é feita a projeção do fluxo de caixa e apurado o índice de liquidez a partir de cenários de estresse e limites predefinidos, em conformidade com o apetite de risco.

4.3.3.1 Exposição ao risco de liquidez

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Os percentuais do total de ativos que devem ser aplicados por tipo de papel e por prazo de vencimento são decididos e aprovados semestralmente pelo Comitê Financeiro. Esses limites são estabelecidos com o intuito de alinhar os vencimentos dos ativos financeiros com o desenvolvimento médio dos passivos.

A Seguradora aplica em ativos corrigidos por inflação, pré-fixados e pós-fixados, visando à proteção pela diversificação do ativo e alinhamento com a correção do passivo (que pode ser indexado a índices variados).

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Os fluxos de caixa contratuais não descontados para ativos e passivos originados pelas operações de seguro estão assim apresentados:

Descrição	31/12/2021				Totais
	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Caixa e equivalente de caixa	180.770	-	-	-	180.770
Aplicações financeiras	662	397.108	1.259.684	1.325.164	2.982.618
Totais dos ativos	181.432	397.108	1.259.684	1.325.164	2.982.618
Créditos das operações com seguros e resseguros	340.643	2.624.015	16.523	25	2.981.206
Ativos de resseguros - provisões técnicas (*)	-	1.674.737	712.635	26.806	2.414.178
Outros ativos	280.352	34.637	13.930	-	328.919
Ativos de direito de uso	-	26.749	69.939	96.776	193.464
Totais dos ativos financeiros	802.427	4.730.497	2.002.672	1.351.995	8.887.591
Provisões técnicas	-	5.124.681	1.561.380	100.009	6.786.070
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	1.071.771	61.446	20.769	1.153.986
Contas a pagar e outros passivos	9.527	384.242	10.006	923	404.698
Passivos de arrendamento	-	21.844	67.877	110.270	199.991
Totais dos passivos	9.527	6.580.694	1.632.832	121.701	8.344.754

Descrição	31/12/2020				Totais
	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Caixa e equivalente de caixa	63.762	-	-	-	63.762
Aplicações financeiras	662	372.074	801.408	1.442.651	2.616.795
Totais dos ativos	725.724	372.074	801.408	1.442.651	2.616.795
Créditos das operações com seguros e resseguros	202.394	1.036.458	14.160	1	1.253.013
Ativos de resseguros - provisões técnicas (*)	-	1.055.900	332.969	346.749	1.735.618
Outros ativos	30.444	30.022	6.328	4.281	71.075
Totais dos ativos financeiros	297.262	2.494.454	1.154.865	1.793.682	5.740.263
Provisões técnicas	-	3.003.207	625.743	863.569	4.492.519
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	380.359	21.361	2.673	404.393
Contas a pagar e outros passivos	1.656	257.463	4.745	1.981	265.845
Totais dos passivos	1.656	3.641.029	651.489	868.223	5.162.757

(*) Líquido de Custos de aquisição diferidos R\$ 201.799 (R\$ 24.418 em dezembro de 2020). A Seguradora considera, para avaliação de seu capital circulante líquido, os ativos financeiros classificados na categoria disponível para venda cujo vencimento é inferior a um ano, tendo em vista a liquidez imediata destes ativos.

4.3.3.2 Fundos de investimento

Embora o resgate das quotas de fundos de investimento seja imediato para a Seguradora, é possível realizar a abertura conforme as classes de ativos e seus vencimentos com o intuito de medir a liquidez dos ativos em que os fundos aplicam. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

Descrição	31/12/2021				Totais
	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Cotas de fundos de investimentos	124.017	-	-	-	124.017
Totais	124.017	-	-	-	124.017

Os fundos foram resgatados em sua totalidade no decorrer do primeiro semestre de 2020 conforme demonstrado na NE 5.2 Movimentação das aplicações financeiras - valor justo por meio de resultado.

4.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e de eventos externos, incluindo os riscos legais e de compliance e excluindo desse conceito os riscos estratégicos e reputacionais. A gestão do risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos aos quais o Grupo Allianz está sujeito, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem com os acionistas, colaboradores, órgãos reguladores e sociedade.

A Seguradora adota um processo interno de avaliação de riscos, identificação, implementação e adequação dos controles internos baseado na metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations*), com foco nos principais processos que afetam os reportes financeiros da Seguradora. A Seguradora possui um sistema global de monitoramento de seus riscos operacionais. A utilização de um sistema único permite um acompanhamento dos registros dos eventos e possibilita a criação e/ou adequação de seus controles internos visando evitar novas ocorrências similares. Caso os riscos operacionais venham a se materializar e gerar perdas operacionais, a Seguradora também possui processos para a coleta das mesmas, que foi revisado para se adequar aos requerimentos da Circular SUSEP nº 517/2015 relacionados à Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO). A implantação da BDPO no formato requerido pela SUSEP está finalizada e, atualmente, a Seguradora utiliza sistema próprio para o armazenamento de eventuais perdas operacionais que venham a ocorrer.

4.5 Outros riscos

As outras três categorias primárias para a identificação, avaliação e mitigação de riscos são: risco reputacional, risco estratégico e risco de custos.

(*) Exclui o montante de R\$ 20.032 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 14.483 em 31 de dezembro de 2020), referente a redução ao valor recuperável de prêmios a receber.

(**) Exclui o montante de R\$ 378 em 31 de dezembro de 2020, referente a redução ao valor recuperável de operações com seguradoras.

4.3.1.2 Exposição ao risco com resseguradores

Visando segurança e solidez, a Seguradora prioriza firmar negócios com resseguradores que detêm elevado grau de crédito. Para fins de cálculo da exposição de risco de crédito, especificamente para as categorias de resseguradores admitida e eventual, o grau de risco é atribuído em função da classificação de risco emitida por agências de rating de escala global, equiparadas a Standard & Poor's (S&P). Para a categoria de resseguradores locais, esta é classificada como grau 1 de risco, de acordo com o estipulado na Resolução CNSP nº 321/2015. As operações de resseguro, especialmente no que tange às parcelas de sinistros a recuperar, são gerenciadas pela Seguradora em conformidade com os padrões operacionais estabelecidos pelo regulador. Os sinistros a recuperar com resseguradores estão assim apresentados:

Classes de Resseguradoras	31/12/2021		31/12/2020	
	Admitida	Eventual	Admitida	Eventual
Totais	20.128	138.026	3.553	73.488
	1.281	264	291	1.572
Totais	21.409	138.290	3.844	75.060

O risco reputacional é o risco de perda direta ou perda de negócios futuros causados por uma queda na reputação da Seguradora perante os seus stakeholders (acionistas, clientes, colaboradores, parceiros de negócios ou o público em geral). As normas e políticas do Grupo Allianz devem ser seguidas por todas as suas subsidiárias com o intuito de reduzir esse tipo de risco.

Existem processos e mecanismos que permitem o monitoramento e gestão dos riscos associados com a estratégia da Seguradora e os custos dessa estratégia, como o processo anual de revisão e aprimoramento do plano trienal de cada subsidiária do Grupo Allianz, que incluem considerações detalhadas acerca dos custos atuais e projetados, assim como níveis de solvência durante o período do plano.

4.6 Gestão de capital

Os valores do capital mínimo requerido (CMR) e patrimônio líquido ajustado (PLA) são acompanhados mensalmente pelos membros do Comitê de Riscos, juntamente com a observância do cumprimento das políticas internas de subscrição, visando um crescimento lucrativo da Seguradora. Se algum indicador financeiro ou econômico mostrar qualquer desalinhamento com os objetivos e limites impostos pelo Grupo Allianz e os agentes regulatórios, existem mecanismos e processos que podem ser postos em prática para preservar a saúde financeira e econômica da Seguradora. Estes processos envolvem formulação de planos estratégicos específicos de remediação de possíveis deficiências econômico-financeiras e podem incluir, em última instância, aporte de capital do Grupo Allianz para permitir o crescimento sustentável da Seguradora.

4.6.1 Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Conforme Resolução CNSP 432, de 12 de novembro de 2021, e atualizações posteriores, o cálculo do PLA deverá ser igual ou superior ao CMR. Em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora apresentou os seguintes resultados de PLA e CMR:

Títulos	Nível hierárquico	Em até 1 ano ou indeterminado		Entre 1 e 5 anos		Acima de 5 anos		Totais	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Disponíveis para venda - títulos de renda fixa		397.108	1.846.356	738.492	2.981.956	100%	2.981.956	3.084.881	
Debênture	Nível 2	124.016	-	-	124.016	4%	124.016	124.016	
NTN-B	Nível 1	130.807	906.005	451.265	1.488.077	50%	1.488.077	1.511.493	IPCA+4,3%
NTN-F	Nível 1	-	278.786	241.559	520.345	17%	520.345	567.401	7,10%
LFT	Nível 1	-	313.522	45.668	359.190	12%	359.190	359.194	SELIC
LTN	Nível 1	142.285	348.04	-	490.328	16%	490.328	522.777	6,30%
Outras aplicações		662	-	662	662	-	662	662	-
Totais		397.770	1.846.356	738.492	2.982.618	100%	2.982.618	3.085.543	

Títulos	Nível hierárquico	Em até 1 ano ou indeterminado		Entre 1 e 5 anos		Acima de 5 anos		Totais	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Disponíveis para venda - títulos de renda fixa		372.074	1.287.79	956.262	2.616.133	99%	2.616.133	2.422.141	
Letra Financeira	Nível 2	159	-	159	159	-	159	159	107% do CDI
NTN-B	Nível 1	35.448	209.458	621.707	866.613	33%	866.613	729.231	IPCA + 4,8%
NTN-F	Nível 1	157.307	246.869	196.592	600.768	23%	600.768	568.950	7,70%
LFT	Nível 1	30.452	208.663	137.963	377.078	14%	377.078	378.097	SELIC
LTN	Nível 1	148.708	622.807	-	771.515	29%	771.515	745.704	7,40%
Outras aplicações		662	-	662	662	-	662	662	-
Equivalente de caixa-Títulos de renda fixa -CDB	Nível 2	21.544	-	-	21.544	1%	21.544	21.544	96,2% do CDI

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



Ramos agrupados	31/12/2021	31/12/2020
Automóvel	490.105	197.284
Patrimonial	79.117	46.792
Transporte	12.962	13.442
Pessoas	17.934	20.962
Rural	15.027	12.601
Responsabilidades	12.371	9.483
Demais	4.695	5.821
Totais	632.211	306.385

9.1 A movimentação dos custos de aquisição diferidos está assim apresentada:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	306.385	302.494
Comissões	1.224.332	595.867
Recuperação de comissões	(5.776)	(1.419)
Outras despesas de comercialização	11.927	52.027
Custos de aquisição apropriados	(1.004.857)	(642.584)
Saldo no final do exercício	632.211	306.385

10. INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

10.1 Investimentos

A Seguradora participa no capital social da controlada Allianz Saúde S.A., seguradora especializada no ramo de saúde e Allianz Brasil Seguradora S.A que atua com seguros de danos (automóveis e ramos elementares). A movimentação do investimento equivalente e o resultado de equivalência patrimonial estão assim apresentados:

	Allianz Saúde S.A.	Allianz Brasil Seguradora S.A.	TOTAL
Dados em 31 de dezembro de 2021 das controladas			
Capital social	182.837	143.520	
Quantidade de ações possuídas - ON	109.237.126	1.060.778.408	
Percentual de participação	99,999%	99,999%	
Total de ativos	254.931	1.000.225	
Total de passivos	138.526	739.804	
Patrimônio líquido	116.405	260.421	
Prejuízo / Lucro líquido do exercício	(67.176)	117.298	
Saldo de investimentos em 1º de janeiro de 2020	172.388	-	172.388
Aumento de capital social	-	445.703	445.703
Valor da compra de participação acionária	-	3.615.402	3.615.402

10.2 Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado e dos imóveis destinados à renda está assim apresentada:

Descrição	31/12/2020		31/12/2021		Depreciação acumulada
	Saldo residual	Saldo contábil	Saldo residual	Saldo contábil	
Taxas de depreciação linear anual					
0 a 4%	5.132	212	(57)	5.075	14.480
5 a 7%	18.476	7.177	(2.738)	17.350	36.169
8 a 10%	10.650	5.455	(2.038)	6.060	37.044
10 a 20%	21.870	10.028	(4.802)	24.286	57.742
20 a 30%	8.382	3.517	(869)	7.731	13.692
30 a 40%	63.110	26.389	(11.534)	60.502	159.127
Totais	123.117	63.110	(26.389)	123.117	(96.625)

Descrição	31/12/2019		31/12/2020		Depreciação acumulada
	Saldo residual	Saldo contábil	Saldo residual	Saldo contábil	
Taxas de depreciação linear anual					
0 a 4%	5.200	-	(68)	5.132	14.480
5 a 7%	20.072	-	(12)	18.476	34.557
8 a 10%	8.547	5.504	(205)	10.650	39.596
10 a 20%	5.157	19.189	-	21.870	50.524
20 a 30%	2.714	5.715	(585)	6.982	11.044
30 a 40%	41.690	30.408	(802)	63.110	150.201
Totais	78.370	52.825	(802)	78.370	(87.091)

10.3 Intangível

O Intangível é composto pelos gastos com desenvolvimento de software interno com vida útil definida e a sua movimentação está assim apresentada:

	31/12/2021	31/12/2020
Adições	-	-
Amortizações	(6.013)	(6.012)
Saldo no final do exercício	12.157	18.170
Custo	59.676	59.676
Amortização	(47.519)	(41.506)
Taxa de amortização anual linear	10%	10%

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar, registradas no passivo circulante e não circulante, estão assim compostas:

	31/12/2021		31/12/2020		
	A Vencer - Dias		Mais de 365 dias		Totais
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	365 dias ou mais	
Prestação de serviços terceiros	28.695	10.285	-	-	38.980
Contrato de aluguel	904	-	-	-	904
Obrigações com funcionários	177	39.994	21.213	1.760	63.144
Débitos de operações bancárias	-	-	-	9.527	9.527
Campanha de incentivo a corretores	-	15.346	-	-	15.346
Prestação de serviços-Partes relacionadas	26.731	30.496	-	-	57.227
Programa de incentivo baseado em ações	-	2.131	-	7.981	10.112
Fornecedores	-	89	-	-	89
Impostos e encargos sociais a recolher	74.538	93.418	27.630	1.122	196.708
Outras obrigações a pagar	563	1.392	-	66	2.021
Totais	131.608	193.151	48.843	20.456	394.058

A rubrica "Contrato de aluguel" em 31 de dezembro de 2020 considerava a provisão relativa a contrato oneroso no montante de R\$ 1.915 que foi ajustado em "Ativo de direito de uso" na rubrica "Outros valores e bens" pela adoção inicial do CPC 06 (R2) conforme Nota 3.13.

As "Obrigações com funcionários" incorrem principalmente sobre participações nos resultados. Os itens que se encontram em fase de conciliação e são diretamente atribuíveis a créditos financeiros pendentes estão classificados em "Débitos de operações bancárias".

As transações referentes a "Prestação de Serviços - Partes relacionadas" são inerentes às obrigações futuras de curto prazo de serviços administrativos e de assistência a seguros (nota 20.1).

As obrigações oriundas do programa de incentivos baseado em ações aos membros da Administração estão detalhadas na nota 20.2.1.

11.2 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamento consolidados foram registrados de acordo com o CPC 06 (R2) e sua adoção inicial está descrita na nota 3.13.

11.2.1 Movimentação dos passivos de arrendamento no exercício de 2021:

	31/12/2021
Adoção da norma 1º janeiro de 2021	191.862
Remensuração	32.797
Pagamentos de arrendamentos	(29.017)
Despesas de juros	4.349
Total	199.991
Circulante	21.844
Não Circulante	178.147

Os contratos de arrendamento, de acordo com os critérios definidos no CPC 06 (R2), são remensurados quando da alteração contratual.

Os contratos de arrendamento da Allianz Seguros S.A. foram remensurados, no exercício de 2021, de acordo com:

- Atualização anual do valor pago para arrendamento dos imóveis (atualização conforme cláusulas contratuais - IPCA e/ou IGP-M);
- Renegociação do contrato Matriz São Paulo - com ajuste no valor pago e prazo de vigência contratual.
- Atualização da taxa de desconto, de acordo com índices do mercado

11.2.2 Pagamentos mínimos futuros

As obrigações financeiras são compostas como segue:

Vencimentos	Pagamento mínimo futuro	Despesa financeira	Valor presente
Até 1 ano	26.680	4.836	21.844
Entre 1 e 5 anos	123.647	16.252	107.395
Acima de 5 anos	74.034	3.292	70.752
Totais	224.361	24.370	199.991

12. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

As operações com seguradoras contemplam substancialmente os prêmios cedidos às congêneres. As operações com corretores de seguros e resseguros consideram comissões a pagar aos corretores por ocasião dos prêmios de seguros emitidos.

Operações	31/12/2021	31/12/2020
Seguradoras	6.846	4.504
Corretores de seguros	181.568	115.474
Outras operações	43.604	16.237
Totais	232.018	136.215

As operações com resseguradoras contemplam os registros dos prêmios emitidos de resseguros cedidos, líquidos de suas respectivas comissões, os adiantamentos de sinistros recebidos e outros débitos decorrentes das operações com resseguros cedidos e estão assim demonstrados:

Operações	Resseguradoras			Totais
	Local	Admitida	Eventual	
Prêmios emitidos	337.887	156.975	78.517	572.379
Adiantamentos e outros débitos	62.675	24.357	53.237	140.269
(-) Ajuste ao valor de recuperável	(4.988)	-	-	(4.988)
Totais	395.574	181.332	131.754	708.660

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Contempla o recebimento antecipado de prêmios, créditos de prêmios e emolumentos de seguros, cossseguros aceitos e resseguros, quando não identificados no ato do recebimento. Outros depósitos são caracterizados por créditos que não puderam ser atribuídos como cobrança antecipada ou prêmios e emolumentos recebidos até a data do balanço.

Descrição	31/12/2021				31/12/2020			
	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias
Prêmios e emolumentos recebidos	5.722	3.036	-	3.224	11.982	4.057	-	1.945
Outros depósitos	2	-	-	2	276	-	-	18
Totais	5.724	3.036	-	3.224	12.258	4.057	-	2.063

14. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS

14.1 Provisões técnicas de seguros diretos

A composição das provisões técnicas de seguros, registrada no passivo circulante e não circulante, está assim apresentada por agrupamentos de ramos:

	Allianz Saúde S.A.	Allianz Brasil Seguradora S.A.	TOTAL
--	--------------------	--------------------------------	-------

Ajuste mais valia e ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	(2.316.901)	(2.316.901)
Imposto diferido passivo sobre valor de negócio adquirido (VOBA)	-	28.852	28.852
Outros ajustes patrimoniais	(10)	(217)	(227)
Ajustes de avaliação patrimonial	(987)	3.492	2.505
Resultado de equivalência patrimonial	14.079	(114.945)	(100.866)
Saldo de investimentos em 1º de janeiro de 2021	185.470	1.215.683	1.401.153
Redução de capital em investimentos	-	(1.010.000)	(1.010.000)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.893)	(62.562)	(64.455)
Resultado de equivalência patrimonial	(67.174)	117.297	50.123
Saldo de investimentos em 31 de dezembro 2021	116.403	260.418	376.821

10.1.1 Ajuste de Mais Valia e Ágio por expectativa de rentabilidade futura-combinação de negócios

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Amortização	Saldo em 31/12/2021	Prazo amortizável em meses
Valor do negócio adquirido-VOBA	18.821	(18.821)	-	18
Canais de distribuição	595.475	(49.622)	545.853	150
Acordo de não competição	17.935	(3.986)	13.949	60
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	1.604.556	-	1.604.556	-
Totais	2.236.787	(72.429)	2.164.358	

Em 31 de dezembro de 2021, a recuperação do valor contábil do ágio foi avaliada com base no seu valor em uso, utilizando-se o método do fluxo de dividendos descontados. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Seguradora, aprovada pela Administração. A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte de acordo com o plano de negócios e descontá-los a valor presente por uma taxa de desconto do custo de capital esperado para os próximos anos, com base em orçamentos financeiros. Seguindo as instruções do CPC 01 (R1), a Unidade Geradora de Caixa (UGC) definida levou em consideração o menor conjunto de Ativos e Passivos em que a Seguradora desenvolve seu planejamento e controla seus resultados, ou seja, as operações de Auto + Massificados conjunta das duas companhias, adquirente e adquirida.

O teste de recuperação do ativo não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável ("impairment").

Descrição	31/12/2020		31/12/2021		Depreciação acumulada
	Saldo residual	Saldo contábil	Saldo residual	Saldo contábil	
Taxas de depreciação linear anual					
0 a 4%	5.132	212	(57)	5.075	14.480
5 a 7%	18.476	7.177	(2.738)	17.350	36.169
8 a 10%	10.650	5.455	(2.038)	6.060	37.044
10 a 20%	21.870	10.028	(4.802)	24.286	57.742
20 a 30%	8.382	3.517	(869)	7.731	13.692
30 a 40%	63.110	26.389	(11.534)	60.502	159.127
Totais	123.117	63.110	(26.389)	123.117	(96.625)

Descrição	31/12/2019		31/12/2020		Depreciação acumulada
	Saldo residual	Saldo contábil	Saldo residual	Saldo contábil	
Taxas de depreciação linear anual					
0 a 4%	5.200	-	(68)	5.132	14.480
5 a 7%	20.072	-	(12)	18.476	34.557
8 a 10%	8.547	5.504	(205)	10.650	39.596
10 a 20%	5.157	19.189	-	21.870	50.524
20 a 30%	2.714	5.715	(585)	6.982	11.044
30 a 40%	41.690	30.408	(802)	63.110	150.201
Totais	78.370	52.825	(802)	78.370	(87.091)

Danos e Pessoas	31/12/2021		31/12/2020		Responsabilidades Demais	Totais
	Auto-móvel	Patri-monial	Trans-porte	Pessoas Rural		
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	2.694.612	473.177	107.582	80.641	107.039	71.375
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	952.913	219.717	104.872	161.895	89.924	800.246
Provisão de despesas relacionadas - PDR	91.840	20.520	4.475	5.620	6.888	28.512
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	33.487	63.282	13.197	115.346	22.139	99.010
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	94.312	-	94.312
Outras provisões	-	-	-	429	-	429
Provisões técnicas - Seguros	3.772.852	776.696	230.126	458.243	225.990	999.143

PPNG - Contempla RVNE - Riscos vigentes, mas não emitidos de R\$ 239.055 (R\$ 144.989 em 31 de dezembro de 2020).

PSL - Contempla Provisões Judiciais de R\$ 1.008.081 (R\$ 877.238 em 31 de dezembro de 2020)

Os Ativos de resseguros - provisões técnicas, registrada no ativo circulante e não circulante, estão assim apresentadas por agrupamentos de ramos:

Danos e Pessoas	31/12/2021		31/12/2020		Responsabilidades Demais	Totais
	Auto-móvel	Patri-monial	Trans-porte	Pessoas Rural		
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG						

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



dada pela Lei nº 9.876/1999) incidente sobre os valores relativos ao pagamento dos médicos do plano de saúde. Desta decisão, a União Federal interps Agravo Interno, ao qual foi negado provimento, decisão essa que transitou em julgado.

Recebidos os autos pelo juízo de origem, a União Federal informa que encaminhou cópia dos autos à DEINF-SP (e-processo 16327.720.556/2019-91), para que ela se manifeste sobre o destino dos depósitos judiciais efetuados nos autos. Por conseguinte, a Seguradora informou que aguarda o relatório da Receita Federal do Brasil (DEINF-SP), referente aos depósitos judiciais efetuados nos autos, para a conferência total dos valores, para posteriormente apresentar manifestação no sentido da liquidação do juízo.

O montante provisionado é de R\$ 127.620 (R\$ 121.253 em 31 de dezembro de 2020) e depósitos judiciais no montante de R\$ 127.620 (R\$ 121.061 em 31 de dezembro de 2020).

15.2 PIS

Lei nº 9.718/1998 (Processo nº 1999.61.00.058875-9)

Trata-se de mandado de segurança impetrado visando o reconhecimento da inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que estabelece a incidência de PIS sobre as receitas da Seguradora. O pedido foi julgado procedente em primeira instância, para determinar o recolhimento do PIS na forma estabelecida pela Lei complementar nº 71/1970. A decisão foi reformada pelo Tribunal. A Seguradora interps Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF) e obteve decisão procedente, afastando a aplicação do art. 3º, §1º da Lei nº 9.718/1998. No decorrer do processo, a Seguradora efetuou o depósito judicial dos valores de PIS apurado com base na totalidade de suas receitas. Com o trânsito em julgado da decisão do STF, a Seguradora requereu a conversão em renda à União dos valores depositados relativos ao PIS apurado sobre faturamento, bem como o levantamento dos valores relativos às demais receitas. Foi determinada a realização de perícia contábil pelo juízo para apuração do valor a ser levantado pela União. O processo aguarda definição acerca do montante depositado devido a cada uma das partes.

PIS - Emenda Constitucional 17/1997 e Medida Provisória 1.537-45/1997 (Processo nº 97.0057213-7)
Essa ação discute a inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 1.537-45/1997, que determina o recolhimento de PIS com base na receita bruta operacional. O pedido foi julgado parcialmente procedente e a Seguradora interps Recurso de Apelação, que foi parcialmente acolhido, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos. Na sequência, a Autora interps Recurso Extraordinário e Recurso Especial e a União Federal Recurso Extraordinário. Foi proferida Decisão da Vice-Presidência sobrestando o processo até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 578.846, que versa sobre a mesma matéria.

O montante provisionado para as duas teses é R\$ 135.652 (R\$ 134.103 em 31 de dezembro de 2020) e depósitos judiciais para as duas teses no montante de R\$142.427 (R\$ 140.225 em 31 de dezembro de 2020).

15.3 Ação Ordinária - PERDCOMPS (Processo nº 2009.61.00.026009-9)

A Seguradora ingressou com ação declaratória em face da União visando anular decisões proferidas pela Receita que não admitiram o processamento de duas PERDCOMPS retificadoras de débitos de Imposto de Renda e COFINS. A ação foi julgada procedente, razão pela qual a União interps recursos de apelação, o qual foi acolhido. Em 2020, face ao veredito a favor da Seguradora, o montante provisionado foi revertido para resultado R\$ 1.921. Aguarda-se arquivamento dos autos.

15.4 PIS e COFINS

15.4.1 (Processo 16327.720734/2012-16)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título de COFINS, referente competência de set/2003, com saldo negativo do IRPJ relativo ao ano-calendário 1999. Em face de tal decisão, a Allianz Seguros interps manifestação de inconformidade, a qual foi julgada parcialmente procedente. Em fevereiro de 2020, foi interposto recurso voluntário, o qual aguarda julgamento perante o CARF. O montante provisionado é de R\$ 1.268 (R\$ 1.252 em 31 de dezembro de 2020).

15.4.2 (Processo 16327.904728/2019-88)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título de COFINS, referente competências ago/2014 e set/2014, e PIS, referente competências set/2014 e out/2014, com créditos oriundos de pagamento realizado a maior a título de COFINS referente competência jan/2015. Em face de tal decisão, a Seguradora interps manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 1.538 (R\$ 1.538 em 31 de dezembro de 2020).

15.4.3 (Processo 16327.904727/2019-33)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título de PIS e COFINS, referente competência ago/2014, com créditos oriundos de pagamento realizado a maior a título de PIS referente a competência jan/2015. Em face de tal decisão foi interposto manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 249 (R\$ 248 em 31 de dezembro de 2020).

15.5 IRPJ (Processo 16327.900719/2010-15)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título do IRPJ, referente competências jan/2005 e jun/2005, com saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário 2004. Em face de tal decisão, foi interposto manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 349 (R\$ 344 em 31 de dezembro de 2020).

15.6 Ações trabalhistas

Reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Seguradora ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que entendem devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados. Existem depósitos judiciais efetuados para garantia e discussão até decisão final.

O montante provisionado é de R\$ 3.533 (R\$ 4.905 em 31 de dezembro de 2020) e depósitos judiciais no montante de R\$ 1.917 (R\$ 2.312 em 31 de dezembro de 2020). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 12.275 (R\$ 19.994 em 31 de dezembro de 2020).

15.7 Ações cíveis

15.7.1 Ações cíveis - não relacionados ao produto seguros

Trata-se de ações em trâmite perante varas cíveis, cujos pedidos não estão relacionados ao produto seguro e versam sobre matérias diversas (revisão, usucapião, adjudicação compulsória, controle de licença de marca registrada, entre outros). A previsão está pautada no valor do pedido ou da condenação. O montante provisionado é de R\$ 741 (R\$ 700 em 31 de dezembro de 2020). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 838 (R\$ 408 em 31 de dezembro de 2020).

15.7.2 Ações cíveis - não relacionadas a sinistros

Ações judiciais ajuizadas por segurados e não segurados para cobrança de indenizações oriundas de reclamações diversas relativas ao contrato de seguro. São constituídas provisões suficientes para o pagamento de eventuais condenações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial. As contingências, bem como suas despesas, são provisionadas de acordo com os valores prováveis de perda. O montante provisionado é de R\$ 18.928 (R\$ 18.750 em 31 de dezembro de 2020) e depósitos judiciais no montante de R\$5.408 (R\$ 1.341 em 31 de dezembro de 2020).

15.8 Sinistros judiciais

Ações judiciais movidas por segurados ou seus beneficiários em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das eventuais indenizações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial. O montante está classificado na rubrica "Provisão de sinistros a liquidar" e, para garantia da liquidação das ações, em certas ocasiões é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente. O quadro abaixo demonstra o total dos pagamentos relativos a ações judiciais relacionadas a sinistros.

	31/12/2021	31/12/2020
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontram provisionadas	73.573	93.920
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício	204.647	210.256
Processos encerrados sem pagamento no exercício, para os quais haviam provisão constituída	5.296	5.754
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	9.082	13.298

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital Social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 6.298.129.345 (6.298.129.345 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 24 de fevereiro de 2022 a Assembleia Geral Ordinária aprovou as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

16.2 Reserva legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, na forma prevista na legislação societária brasileira, facultado a 20% do capital social e podendo ser utilizado para compensação de prejuízos ou aumento de capital social.

16.3 Reserva estatutária de retenção de lucros - Definida em Estatuto esta reserva é constituída através da parcela retida do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as deduções legais e a constituição da reserva legal e tem como objetivo a preservação e manutenção do capital aplicado nos negócios da Seguradora ou para a distribuição de dividendos extraordinários.

16.4 Reservas de reavaliação - Constituída sobre reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens.

16.5 Ajustes de avaliação patrimonial - Resultado do valor da avaliação dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2021 o montante registrado nessa rubrica é de R\$ 122.641 (R\$ 119.965 em 31 de dezembro de 2020).

16.6 Dividendos - Aos acionistas fica assegurado, pelo estatuto social da Seguradora, a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei.

17. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

17.1 Prêmios ganhos e indicadores de sinistralidade e comissionamento

Ramos agrupados	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (%)		Índice de comissionamento (%)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Automóvel	3.399.363	1.998.205	78%	57%	21%	20%
Patrimonial	577.878	485.255	49%	72%	18%	18%
Transporte	363.387	321.969	53%	52%	20%	20%
Pessoas	342.722	486.212	90%	66%	13%	10%
Rural	224.612	156.027	113%	53%	16%	15%
Responsabilidades	108.232	100.091	64%	21%	17%	18%
Demais	49.193	57.297	79%	132%	19%	6%
Totais	5.065.387	3.605.056	75%	60%	20%	18%

Índice de resseguros cedidos

Ramos agrupados	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (%)		Índice de comissionamento (%)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Automóvel	2.882.897	1.994.059	75%	57%	20%	20%
Patrimonial	358.723	306.537	65%	81%	26%	26%
Transporte	217.465	188.045	46%	38%	30%	30%
Pessoas	322.518	469.313	95%	60%	12%	9%
Rural	123.513	88.564	108%	54%	4%	4%
Responsabilidades	57.900	50.476	56%	24%	25%	25%
Demais	14.497	8.529	17%	35%	2%	24%
Totais	3.977.513	3.105.523	75%	58%	20%	19%

18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31/12/2021	31/12/2020
18.1 Prêmios emitidos líquidos	6.879.893	3.465.719
Prêmios diretos	6.648.804	3.300.206
Prêmios de cosseguos aceitos	155.711	158.947
Prêmios de cosseguos cedidos	(35.459)	(23.312)
Prêmios - riscos vigentes e não emitidos	110.607	13.877
18.2 Sinistros ocorridos	(3.802.498)	(2.152.285)
Sinistros - Diretos e cosseguos aceitos	(4.026.941)	(2.120.131)
Recuperação de sinistros de cosseguos cedidos	17.612	10.407
Salvados e ressarcimentos	580.308	189.977
Variação da provisão de IBNR	(29.704)	3.138
Serviços de assistência	(343.773)	(235.676)
18.3 Custo de aquisição	(1.004.655)	(642.584)
Comissões	(1.217.337)	(596.848)
Comissões - riscos vigentes e não emitidos	(6.993)	(6.993)
Despesa com inspeção de risco	(9.297)	(4.892)
Outras despesas de comercialização	(102.630)	(47.135)
Recuperação de comissões	5.776	1.419
Variação das despesas de comercialização diferidas	325.826	3.891
18.4 Resultados com resseguro	(29.302)	(109.541)
Prêmios	(1.668.631)	(485.469)
Comissões sobre os prêmios	396.705	53.217
Prêmios - riscos vigentes e não emitidos	(97.106)	(12.328)
Comissões sobre prêmios - riscos vigentes e não emitidos	5.101	577
Recuperação de indenização	957.345	423.064
Salvados e ressarcimentos	(140.582)	(26.346)
Variação da provisão de IBNR	21.443	(59.778)
Variação das provisões técnicas	496.383	65
Outros resultados de operações com resseguro	40	(2.343)

	31/12/2021	31/12/2020
18.5 Outras receitas e despesas operacionais	(93.425)	(22.297)
Consultas e prevenção de riscos	(43.833)	(29.838)
Cobrança, apólices e contratos	(33.055)	(17.183)
Ações judiciais INSS	(4.071)	(2.049)
(Constituição)/Reversão ao valor recuperável-prêmios	(5.189)	(1.111)
Acordo representação comercial	(7.731)	(1.566)
Ações judiciais cíveis	(2.823)	(4.877)
Constituição ao valor recuperável-bens à venda	(1.667)	(1.772)
Reversão ao valor recuperável-resseguros e cosseguos cedido	4.683	11.895
Aparação do ciclo do seguro rural - FERS	-	6.703
Resultados operacionais de seguros	208	13.762
Outras receitas	53	1.517
18.6 Despesas administrativas	(799.401)	(493.131)
Pessoal	(412.092)	(195.808)
Localização e funcionamento	(224.633)	(166.802)
Serviços de terceiros	(71.882)	(70.756)
Publicidade e propaganda	(69.750)	(63.463)
Despesas de direito de uso arrendamento	(29.524)	-
Compartilhamento de despesas - empresas ligadas	10.779	10.048
Outras	(2.299)	(6.350)
18.7 Despesas com tributos	(209.467)	(124.439)
PIS e COFINS	(153.078)	(85.193)
Impostos federais sobre remessa ao exterior-serviços	(47.019)	(22.906)
Taxa de fiscalização - reguladora	(3.765)	(3.765)
Impostos sobre operações de resseguros	(960)	(37)
Impostos federais não recuperáveis	1.324	2.525
Impostos municipais	(2.020)	(3.467)
Demais tributos	(3.949)	(1.607)
18.8 Resultado financeiro	273.040	201.337
Receitas financeiras	338.542	338.876
Ativos financeiros disponíveis para venda	163.559	87.254
Receitas recebidas sobre aplicações financeiras	81.027	80.589
Operações de seguros e resseguros	41.266	49.194
Atualização monetária provisões técnicas-direto	6.514	264
Atualização monetária bancos - moeda estrangeira	8.337	14.192
Programa de incentivo baseado em ações	3.639	3.300
Atualização monetária depósitos judiciais - ações fiscais	4.498	3.406
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.016	617
Atualização monetária provisões técnicas-resseguro	22.112	99.651
Outras	3.574	329
Despesas financeiras	(65.502)	(137.539)
Atualização monetária provisões técnicas-resseguro	-	(10)
Operações de seguros e resseguros	(5.367)	(14.505)
Atualização monetária bancos - moeda estrangeira	(5.635)	(7.056)
Programa de incentivo baseado em ações	(3.665)	(3.285)
Resultado financeiro - contratos de arrendamento	(4.349)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	(4.105)	(1.175)
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	(3.966)	(4.54)
IOF a restituir	(1.084)	(565)
Atualização monetária provisões técnicas - direto	(28.787)	(103.509)
Outras	(8.544)	(3.280)
18.9 Resultado patrimonial	(21.006)	(174.594)
Resultado equivalência patrimonial	50.123	(100.866)
Recultas com imóveis de renda	1.320	6.632
Despesas patrimoniais	(20)	(19)
Ajuste de investimentos em controlada-amortização mais valia (*)	(72.429)	(80.114)
Outras despesas com investimentos	-	(227)
(*) em decorrência de combinação de negócios ocorrida no 2º semestre 2020	Nota 10.1.1	-
18.10 Ganhos e perdas com ativos não correntes	1.428	66
Resultado na alienação de bens do ativo não corrente	250	(107)
Resultado de outras operações	1.178	173

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2021	31/12/2020
19.1 Créditos Tributários e Previdenciários		
19.1.1 Créditos tributários - Ativo circulante		
Curto prazo		
Antecipação de IRPJ e CSLL sobre lucro	-	46.205
Antecipações compensadas no passivo (CPC 32)	-	(46.205)
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	10.540	9.775
IOF a restituir	5.084	2.408
Tributos federais retidos por órgãos públicos	12	9
Outros tributos a compensar	173	164
Totais	15.809	12.356

	Saldo em 31/12/2020	Movimentação	Saldo em 31/12/2021
Imposto de Renda			
Provisões para contingências fiscais e cíveis	31.336	2.404	(1.125)
Provisões para perdas	7.304	1.352	(1.171)
Provisões com funcionários	12.352	10.876	(10.220)
Outras provisões	8.287	9.518	(3.628)
Demais intangíveis - Combinação de negócios	6.701	13.402	-
Prejuízo fiscal	172.471	144.446	-
Contribuição social			
Provisões para contingências fiscais e cíveis	14.658	1.443	(675)
Provisões para perdas	4.381	811	(702)
Provisões com funcionários	7.412	6.526	(6.132)
Outras provisões	4.973	5.711	(2.177)
Demais intangíveis - Combinação de negócios	4.020	8.041	-
Base negativa	105.119	87.990	-
Créditos tributários	379.014	292.520	(25.830)
PIS e COFINS - Diferido sobre PSL e IBNR	47.880	-	(47.880)
Totais	426.894	292.520	(

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Ivan José de La Sota Duñabelita - Presidente

Carla Sofia Pereira Bambulo - Vice-Presidente

Eduard Folch Rue - Conselheiro

DIRETORIA:

Andreas Markus Kerl

Eduard Folch Rue

Regina Helena Menezes Lopes

Rosely Boer Corino da Fonseca

Renato Roperto

ATUÁRIA:
Mílana Farat Milani - Atuária MIBA nº 3107

CONTADOR:
Fernando Siqueira Alencar - Contador CRC 1SP213784/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O Comitê de Auditoria da Allianz Seguros S.A. é um órgão estatutário, subordinado ao Conselho de Administração, constituído em atendimento às normas do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados, e atuando em conformidade com seu Regimento Interno. No cumprimento de suas atribuições o Comitê participou de reuniões com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, de compliance, de riscos e controles internos, atuarial, de sinistros, de resseguros e com os auditores internos e externos, avaliando, por meio de diferentes fontes e análise de relatórios, documentos e informações, os assuntos considerados relevantes.

Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê entende que o sistema de controles internos da Allianz Seguros S.A. é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e avalia como efetiva a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Os trabalhos realizados pela auditoria interna e pela auditoria externa não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem influir ou comprometer as informações constantes das demonstrações financeiras. O Comitê analisou procedimentos relacionados com o processo de preparação das demonstrações

financeiras e notas explicativas, bem como das práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das mesmas, verificando que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Com base nas revisões e discussões acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração da Allianz Seguros S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022
COMITÊ DE AUDITORIA

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Allianz Seguros S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Allianz Seguros S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "Itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros

Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos da auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Allianz Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas
Allianz Seguros S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Allianz Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".
Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração das provisões técnicas (PPNG-RVNE, PSL Judicial, IBNeR, IBNR e PCC)

(Notas 3.9 e 14)

A Seguradora possui obrigações referentes aos seus contratos de seguros registradas na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros nas demonstrações financeiras. A mensuração das provisões técnicas envolve julgamento crítico da administração na definição das metodologias de cálculo e premissas atuariais, com destaque para as Provisões de Prêmios Não Ganhos referente a Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão de Sinistros a Liquidar Judiciais (PSL-J), e a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR).

Adicionalmente, a Seguradora realiza semestralmente o Teste de Adequação de Passivos (TAP), utilizando métodos estatísticos e atuariais, com o objetivo de avaliar a necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) decorrente de possíveis insuficiências nos valores das obrigações dos contratos de seguros. Em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora manteve o registro da Provisão Complementar de Cobertura para os produtos em *run-off* (seguros de vida sem reenquadramento por faixa etária).

Considerando a relevância dos valores e os julgamentos e premissas envolvidos para a mensuração das referidas provisões técnicas, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento dos processos de mensuração das provisões técnicas. Para a PSL Judicial: (i) confrontamos os relatórios auxiliares com os respectivos saldos contábeis e inspecionamos, em base amostral, a documentação que comprova a existência do sinistro, bem como o valor contabilizado; (ii) realizamos procedimentos de confirmação da existência dos processos judiciais de sinistros, em base amostral, junto aos advogados externos responsáveis pelos processos; e (iii) com o auxílio de nossos especialistas atuariais, analisamos a razoabilidade da metodologia adotada e dos critérios de mensuração do valor de abertura dos sinistros judiciais, bem como, teste de consistência com o histórico da Seguradora.

Adicionalmente, para a PPNG-RVNE, IBNR, IBNeR e PCC, envolvemos nossos especialistas atuariais na: (i) avaliação das metodologias de cálculo, tais como desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e sinistralidade esperada, comparando-as com as notas técnicas atuariais; (ii) testes de reconciliação das bases de dados de prêmios emitidos e sinistros avisados com os respectivos saldos contábeis; (iii) análise da razoabilidade e consistência das premissas atuariais consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas; e (iv) recálculo independente das provisões efetuadas pela administração e confronto com os saldos contábeis correspondentes.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração para mensuração das provisões técnicas são consistentes e alinhadas com as divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Notas 3.5.1 e 10.1.1)

A Seguradora possui ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente da combinação de negócios ocorrida em 2020, cujo valor é elaborado de forma significativa em relação às demonstrações do valor recuperável, e de acordo com o CPC 01 (R1), deve ser testado no mínimo anualmente para avaliar a necessidade de redução ao valor recuperável.

Consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria, devido a existência de julgamento significativo por parte da administração quanto a definição das premissas e projeções de resultados futuros que podem alterar significativamente a avaliação do valor recuperável do ágio.

Realizamos reuniões com a administração para obtermos entendimento sobre o processo de elaboração das projeções, considerando o modelo de avaliação de teste de redução ao valor recuperável, o processo de definição das premissas, revisão e documentação da aprovação do estudo pela administração da Seguradora. Efetuamos uma análise da consistência das premissas e projeções utilizadas com os orçamentos internos da Seguradora obtidas junto a área específica e consistências com outros estudos realizados internamente os quais foram aprovados pela administração.

Envolvemos nossos especialistas de Finanças Corporativas para (i) analisar a metodologia utilizada para a determinação do valor recuperável do ágio; (ii) a coerência geral lógica e aritmética destas premissas e dos cálculos das projeções realizados pela administração; (iii) analisar as taxas de desconto e; (iv) recalcular o valor presente dos fluxos de caixa e da perpetuidade.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração na avaliação do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura são consistentes e alinhados com a divulgação efetuada nas notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Os planejamos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Seguradora.

- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022



pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

Divã Executiva
ECONÔMICO
Valor

Devo mentir para os clientes a pedido do meu chefe?

Acesse o blog Divã Executiva no site do Valor Econômico e conheça essas e outras questões de nossos leitores, respondidas por especialistas em gestão de carreira.

Leia em:
www.valor.com.br/carreira/diva-executivo